

Termo de Responsabilidade de Uso

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Responsabilidade de Uso (TRU) as regras de uso relacionadas à utilização do Aplicativo de Gestão de Hospitais Universitários (AGHU) por instituições membros da comunidade do AGHU, exclusivamente em seus estabelecimentos de saúde próprios ou contratados, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), nos termos do Edital de Chamamento Público XXXX.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA INSTITUIÇÃO QUE FARÁ USO DO AGHU

São obrigações exclusivas da instituição que fará uso do AGHU:

- Responsabilizar-se pela instalação, implantação, execução e suporte do AGHU em seus estabelecimentos de saúde próprios ou contratados;
- Manter atualizadas as informações cadastrais de seus representantes, autoridades e equipes;
- Manter as condições de recursos humanos, infraestrutura de TI e outros requisitos que possibilitaram atender as exigências no Edital de Chamamento Público XXXXX;
- Atualizar as condições de recursos humanos, Infraestrutura de TI e outros requisitos de acordo com as exigências das versões futuras do AGHU;
- Acolher pedidos de visita e apoio de outras instituições que têm interesse em conhecer o AGHU e participar da comunidade;
- Divulgar e disseminar o AGHU no SUS;
- Disponibilizar os módulos acessórios e módulos complementares ao AGHU, desenvolvidos localmente, na Vitrine Tecnológica do AGHU;
- Enviar os dados relativos ao uso do AGHU nos termos estabelecidos pela Ebserh;
- Não repassar os arquivos de instalação do AGHU para instituições não participantes da Comunidade do AGHU, salvo sob expressa autorização da Ebserh;

Garantir que serão adotadas todas as medidas necessárias para a proteção dos dados pessoais e dos dados pessoais sensíveis armazenados nas bases locais do AGHU, nos termos da Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso a Informações), da Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), da Política de Proteção de Dados Pessoais da Ebserh e das demais normas aplicáveis;

- Conhecer os princípios, valores éticos e normas estabelecidas pelo Código de Ética e Conduta da Ebserh;
- Responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, por seus colaboradores, servidores ou prepostos, ao patrimônio da outra parte, quando da execução do AGHU;
- Permitir o livre acesso a agentes da administração pública (controle interno e externo), a todos os documentos relacionados a este TRU, assim como aos elementos de sua execução;
- Fornecer ao parceiro as informações necessárias e disponíveis para o cumprimento das obrigações acordadas;
- Manter sigilo das informações sensíveis previstas em lei, obtidas em razão da execução deste TRU, somente divulgando-as se houver expressa autorização dos partícipes;
- Obedecer às restrições legais relativas à propriedade intelectual.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DIREITOS INTELECTUAIS

Os membros da Comunidade do AGHU deverão preservar o nome e a logo do AGHU, podendo ser acrescido nome e logo específicos definidos pela instituição.

O escopo da parceria a ser firmada não inclui qualquer tipo de equipamento ou licença de softwares de terceiros eventualmente necessários à utilização do AGHU.

Em nenhum caso a Ebserh deverá ser responsabilizada por danos pessoais, institucionais ou qualquer prejuízo incidental, especial, indireto ou consequente, incluindo, sem limitação, prejuízos por corrupção ou perda de dados, exposição indevida de informações, falha de transmissão ou recepção de dados, não continuidade do negócio ou qualquer outro prejuízo, decorrentes ou relacionados ao seu uso ou sua inabilidade em usar o sistema cujo acesso é ora temporariamente permitido ou por qualquer outro motivo.

As instituições participantes devem realizar todos os procedimentos necessários para garantir o sigilo e privacidade dos dados pessoais e dos dados pessoais sensíveis sob sua custódia, inclusive nos casos em que houver terceirização do suporte ao AGHU, nos termos da Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso a Informações), da Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), da Política de Proteção de Dados Pessoais da Ebserh e das demais normas aplicáveis.

O AGHU é um software público cuja propriedade intelectual é do Ministério da Educação e da Ebserh, independente das modificações realizadas no sistema pelos parceiros e membros da Comunidade. A propriedade intelectual do AGHU abrange o Núcleo do AGHU. Quaisquer sistemas complementares e/ou derivados desenvolvidos pelos participantes no âmbito da Comunidade do AGHU também terão sua propriedade

intelectual atribuída ao Ministério da Educação e à Ebserh, independentemente das modificações ou acréscimos realizados pelos membros da referida Comunidade.

O reconhecimento de autoria sobre o AGHU será concedido a todas as pessoas físicas vinculadas às instituições participantes que comprovarem participação no desenvolvimento do sistema, de acordo com normativo específico a ser publicado pela Ebserh.

No caso de litígios ou divergências oriundas do presente Edital de Chamamento Público, no tocante à execução, os partícipes envidarão os seus esforços no sentido de dirimir inicialmente pela via amigável.

É proibido o repasse dos arquivos do AGHU para entidades públicas ou privadas que não são membros da Comunidade do AGHU sem o expresse consentimento da Ebserh.

É proibida qualquer forma de comercialização ou distribuição para fins comerciais do AGHU.

CLÁUSULA QUARTA – DA CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

Deverão ser observadas as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - Lei nº 13.709/2018, bem como das políticas e normas internas da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares sobre o tema (disponíveis em www.ebserh.gov.br), implementando medidas técnicas e organizacionais adequadas para assegurar a proteção dos direitos do titular dos dados pessoais.

O tratamento de dados pessoais pelos partícipes será limitado às atividades estritamente necessárias para o alcance das finalidades do objeto ajustado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Será tratada como confidencial e sigilosa toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível sobre as atividades da Ebserh e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao TRU, a que diretamente ou pelos seus empregados, o Membro utilizador venha a ter acesso, conhecimento ou que lhe seja confiada durante e em razão das atuações de execução do presente TRU.

A confidencialidade implica a obrigação de não divulgar ou repassar informações e conhecimentos a terceiros não envolvidos na parceria, sem autorização expressa, por escrito, dos seus detentores, na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA QUINTA – DA PROMOÇÃO DA COMUNIDADE

Para fins de transparência e divulgação da comunidade, a Ebserh está autorizada a publicar em seus meios oficiais de comunicação os dados de contato institucional das entidades participantes da comunidade do AGHU, quais sejam: nome da instituição, nome do responsável técnico, e e-mail institucional, informados no cadastro de adesão à comunidade.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido justificadamente, a qualquer tempo, por qualquer um dos partícipes, mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos, nas seguintes situações:

- quando houver o descumprimento de obrigação por um dos partícipes que inviabilize a realização do objeto do TRU;
- quando houver a quebra do sigilo e/ou confidencialidade das informações confidenciais; ou
- na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do objeto.

O partícipe que se julgar prejudicado deverá notificar o outro partícipe para que apresente esclarecimentos no prazo de 15 (quinze) dias corridos. Prestados os esclarecimentos, os partícipes deverão, por mútuo consenso, decidir pela rescisão ou manutenção do TRU.

Decorrido o prazo para esclarecimento, caso não haja resposta, o TRU será rescindido de pleno direito, independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais. Se a inadimplência de qualquer cláusula ou condição deste TRU causar prejuízo, a parte infratora indenizará os danos comprovadamente sofridos pela outra parte.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos e as dúvidas porventura existentes serão dirimidos mediante entendimentos entre os partícipes, formalizados por meio de correspondência eletrônica.

Os casos omissos deste TRU serão resolvidos conforme os preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

As controvérsias decorrentes da execução do presente TRU e dos instrumentos específicos dele decorrentes que não possam ser dirimidas diretamente e nem administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília, renunciando os partícipes a qualquer outro.

Estabelece-se a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a possibilidade de participação da Consultoria Jurídica, órgão encarregado de assessoramento jurídico da Ebserh, mediante solicitação dos interessados.